



OPTIMIZE
Investimento

Relatório e Contas

OPTIMIZE INVESTIMENTO SGPS SA
EM BASE CONSOLIDADA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE

2016

Índice

1	Relatório de Gestão	3
1.1	Enquadramento geral da atividade em 2016	4
1.2	Aspetos mais salientes da atividade em 2016	13
1.3	Contas 2016	16
2	Demonstrações Financeiras consolidadas.....	17
2.1	Balanço consolidado	18
2.2	Demonstração de Resultado consolidado	19
2.3	Demonstração de Rendimento Integral consolidado.....	20
2.4	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	21
2.5	Demonstração de Alterações no Capital Próprio consolidado.....	22
3	Anexos	23
3.1	Anexo ao Relatório de Gestão	24
3.2	Anexo ao Balanço e Outras Demonstrações Financeiras	26
4	Certificação Legal das Contas.....	44

| 1 RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 Enquadramento geral da atividade em 2016

MERCADOS FINANCEIROS EM 2016

ECONOMIA MUNDIAL: O ABRANDAMENTO CHEGOU A UM PONTO DE INVERSÃO

O crescimento económico mundial voltou a atingir um valor baixo de 2.9% em 2016, depois de em 2015 já ter obtido uns dececionantes 3.0%. Apesar destes valores historicamente baixos, a economia mundial mostrou capacidade de resistência aos choques externos sofridos (Brexit, Eleição de D. Trump, ...) que se traduziu numa normalização da inflação, depois de quatro anos de queda contínua, e numa recuperação dos índices de confiança dos atores económicos.

As perspetivas para 2017 são em consequência mais favoráveis, com uma retoma económica mais firme prevista para os Estados-Unidos e para a Europa a vir compensar a continuação do abrandamento chinês. A recuperação das matérias-primas e do petróleo, depois de um ponto baixo atingido em 2016, também deverá ajudar países como o Brasil, o Canadá e a Rússia a participarem no crescimento mundial em 2017.

A atonia persistente do comércio mundial, com um crescimento inferior ao crescimento global, continua a ser um dos fatores de risco mais importantes para 2017, num contexto de subida dos protecionismos. Do lado positivo, a normalização progressiva das políticas monetárias deverá acompanhar-se de um esforço orçamental menor de redução dos défices públicos na Zona Euro e no Reino-Unido.

CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL (REAL E PREVISIONAL)

	2013	2014	2015	2016	2017
Mundo	+3.2 %	+3.3 %	+3.0 %	+2.9 %	+3.3 %
Zona Euro (15 países)	-0.3 %	+1.2 %	+1.9 %	+1.7 %	+1.6 %
Alemanha	+0.4 %	+1.6 %	+1.4 %	+1.7 %	+1.7 %
França	+0.7 %	+0.2 %	+1.2 %	+1.2 %	+1.3 %
Itália	-1.8 %	-0.4 %	+0.6 %	+0.8 %	+0.9 %
Espanha	-1.7 %	+1.4 %	+3.2 %	+3.2 %	+2.3 %
Portugal	-1.1 %	+0.9 %	+1.7 %	+1.2 %	+1.2 %
Estados Unidos	+1.5 %	+2.4 %	+2.6 %	+1.5 %	+2.3 %
Canada	+2.0 %	+2.4 %	+1.1 %	+1.2 %	+2.1 %
Japão	+1.6 %	-0.1 %	+0.4 %	+0.8 %	+1.0 %
Reino-Unido	+2.1 %	+2.9 %	+2.2 %	+2.0 %	+1.2 %
China	+7.7 %	+7.3 %	+6.9 %	+6.7 %	+6.4 %
India	+6.9 %	+7.3 %	+7.6 %	+7.4 %	+7.6 %
Brasil	+2.8 %	+0.2 %	-3.8 %	-3.4 %	+0.0 %
Rússia	+1.3 %	+0.6 %	-3.7 %	-0.8 %	+0.8 %

Fonte: OCDE

AÇÕES: MAIS UM ANO DE ALTOS E BAIXOS

Os mercados de ações tiveram em 2016 um comportamento extremamente volátil, gerado em parte por eventos políticos excepcionais como os atentados em França, o Brexit, a eleição de D. Trump, que nem sempre tiveram os efeitos esperados pelos analistas.

Os receios de deflação ditaram um início de ano em franca queda para os mercados ocidentais, os índices europeus e americanos perderam entre 10% e 20% até meados de fevereiro, para de seguida recuperarem o terreno perdido até abril. Seguiu-se um período de incerteza na antecipação do referêndum britânico sobre o Brexit, que mais uma vez gerou movimentos de queda e de recuperação, com amplitudes de 10% a 20% para as praças europeias e, mais moderadamente, nos Estados-Unidos, num jogo de soma nula para quem tivesse mantido os seus investimentos. Com o verão veio um período mais calmo, que foi novamente interrompido por outro evento “de baixa probabilidade”, a eleição de D. Trump. A eleição surpresa do candidato “anti-sistema” ditou desta vez uma forte subida de todas as praças, embora mais particularmente para as praças europeias...

Neste contexto desafiante para os investidores, os mercados emergentes acabaram por seguir um percurso mais calmo, apesar de terem sofrido um ligeiro recuo no final do ano na antecipação de medidas protecionistas por parte da Administração Trump.

Assim, o Eurostoxx 50 terminou o ano a ganhar apenas 0.7%. Este desempenho anual modesto esconde fortes disparidades entre países como França e Alemanha, com ganhos de 4.9% e 6.9% para os seus principais índices, enquanto Itália e Portugal perdiam -10.2% e -11.9%. Para além de disparidades setoriais fortes, nomeadamente para o setor financeiro, a situação política instável e estrutura financeira frágil dos países mais endividados num contexto de subida de taxas de juros explica em grande parte estas diferenças.

PERFORMANCE DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS EM 2016 (MOEDA LOCAL / EURO)

		Moeda Local	Euro
Brasil	BOVESPA	+ 38.9 %	+ 76.2 %
Rússia	MICEX	+ 26.8 %	+ 57.3 %
Estados Unidos	S&P 500	+ 9.5 %	+ 12.9 %
Japão	NIKKEI 25	+ 0.4 %	+ 7.4 %
Austrália	ASX 200	+ 7.0 %	+ 7.0 %
Alemanha	DAX	+ 6.9 %	+ 6.9 %
França	CAC 40	+ 4.9 %	+ 4.9 %
China	HANG SENG	+ 0.4 %	+ 3.4 %
Índia	SENSEX	+ 1.95 %	+ 2.3 %
Zona Euro	EUROSTOXX 50	+ 0.7 %	+ 0.7 %
Reino-Unido	FTSE	+ 14.4 %	- 1.2 %
Espanha	IBEX 35	- 2.0 %	- 2.0 %
Itália	MIB	- 10.2 %	- 10.2 %
Portugal	PSI 20	- 11.9 %	- 11.9 %

Dados Bloomberg

Nos Estados-Unidos, as bolsas americanas acabaram 2016 em nítida progressão, com o S&P500 a ganhar +9.5%, e o índice Nasdaq +7.5%. Apesar da perspetiva de subida de taxas por parte da FED, os investidores anteciparam o impacto positivo dos investimentos públicos e das reformas fiscais prometidas pelo candidato Trump, impulsionando mais particularmente os setores cíclicos e expostos ao consumo interno.

No Japão, apesar da continuação das iniciativas de estímulo à economia do Banco Central, o reforço significativo do Yen não permitiu que o mercado continuasse a tendência positiva de 2015, o índice Nikkei 225 fechou 2016 com apenas +0.4% (+9.1% em 2015).

Os países emergentes registaram, na sua maioria, um bom ano bolsista depois de um ano 2015 claramente negativo. A recuperação dos mercados de matérias-primas, e nomeadamente do petróleo que fechou 2016 com uma recuperação de mais de 50%, permitiram aos índices russos e brasileiros performances excecionais de +26.8% e +38.9%! Ao contrário, os emergentes importadores de matérias-primas, como a Índia ou a China, sofreram performances decepcionantes.

OBRIGAÇÕES: ANO DE INVERSÃO NOS MERCADOS DE TAXAS

No início de 2016, o BCE teve de reafirmar com força a sua intenção de combater com todos os seus meios os riscos de espiral deflacionista que pairavam sobre as economias da zona. Num contexto de preços de matéria primas deprimidos, a maior parte dos países apresentavam variações de preço ao consumo negativas ou próximas de 0% sobre 12 meses. O regresso a uma taxa de inflação positiva sobre 12 meses para a zona só aconteceu em junho. Entretanto, as obrigações a 10 anos da Alemanha chegaram a um mínimo negativo de -0.19% a 8 de julho, antes de iniciarem uma recuperação linear para fecharem 2016 a 0.21%

Os eventos políticos que marcaram o ano, como o Brexit e o referêndum italiano, também vieram lembrar aos investidores os riscos políticos e económicos específicos enfrentados por cada membro da zona Euro. Tal como os níveis absolutos de taxas, os spreads exigidos a países como França, Itália e Portugal face à dívida alemã voltaram a subir de forma significativa durante a segunda metade do ano. No caso de Portugal a progressão já se tinha iniciado desde o final de 2015, os spreads subiram progressivamente ao longo do ano até atingirem níveis preocupantes. Fecharam o ano de 2016 a 352 pontos base, próximos dos níveis atingidos poucos meses antes da chegada da Troika a Lisboa.

YIELDS DAS OBRIGAÇÕES DO TESOURO A 10 ANOS

	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2016
Estados Unidos	2.3 %	2.4 %
Alemanha	0.6 %	0.2 %
França	1.0 %	0.7 %
Itália	1.6 %	1.8 %
Espanha	1.8 %	1.4 %
Portugal	2.5 %	3.8 %
Grécia	8.3 %	7.1 %

Dados Bloomberg

Do lado Americano, os movimentos de taxas foram muito similares aos sofridos pela dívida alemã, com um ponto baixo de 1.36% atingido no mesmo dia 8 de julho. As perspetivas de uma política orçamental claramente expansionista por parte de D. Trump ditaram uma inversão mais nítida no final do ano, com os mercados a anteciparem uma aceleração dos movimentos de subidas de taxas diretoras por parte da Fed.

MATÉRIAS-PRIMAS: O FIM DA QUEDA

Depois de um ano 2015 deprimido, o mercado das matérias-primas parece ter fechado o ciclo de queda iniciado em 2012, com uma franca recuperação das principais matérias-primas e metais. O movimento acelerou no final do ano, na sequência de um acordo da OPEP para travar a produção de petróleo, da eleição de um D. Trump que promete iniciar um programa de grandes obras públicas, e de uma aceleração do crescimento global.

PREÇOS DAS PRINCIPAIS MATÉRIAS PRIMAS

	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2016	Variação
Petróleo (WTI baril)	45.3 \$	55.4 \$	22.3 %
Ouro (\$/Oz)	1061 \$	1147 \$	8.1 %
Prata (\$/Oz)	13.8 \$	15.9 \$	15.0 %
Alumínio (\$/t)	1507 \$	1693 \$	12.3 %
Cobre (\$/t)	4705 \$	5535 \$	17.7 %
Algodão (\$/lb)	0.65 \$	0.71 \$	9.2 %
Soja (\$/bu)	896 \$	1012 \$	13.0 %
Trigo (\$/bu)	522 \$	420 \$	- 19.4 %

Dados Bloomberg

DIVISAS: A PAUSA DO DÓLAR

O abrandamento da economia americana conduziu Janet Yellen a realizar uma única subida da taxa diretora da FED em 2016, continuando de forma muito progressiva o movimento de “normalização” iniciado em 2015.

A dessincronização das políticas monetárias entre a FED e o BCE, ainda em plena execução do seu programa de Quantitative Easing, continuam a pressionar a moeda única que desvalorizou em relação ao dólar 3.2% durante o ano. Entre as poucas divisas a perderem terreno face ao euro é de notar a Libra inglesa que deslizou 15.8% na sequência do Brexit.

PREÇOS DAS PRINCIPAIS DIVISAS FACE AO EURO

	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2016	Variação
BRL	4.30	3.43	-20.3%
CAD	1.503	1.413	-6.0 %
JPY	130.6	123.0	-5.9 %
USD	1.086	1.052	-3.2 %
AUD	1.491	1.460	-2.1 %
CHF	1.088	1.072	1.5 %
CNY	7.09	7.34	3.5 %
GBP	0.737	0.853	15.8 %

Dados Bloomberg

CONCLUSÃO

2016 foi um ano difícil do ponto de vista da gestão financeira, exigindo uma minuciosa precisão no timing de investimento num contexto de volatilidade extremada, de eventos excecionais e com consequências pouco previsíveis, de uma forte disparidade de performances entre setores e do início de inversão do ciclo de queda de taxas de juros.

Para 2017 o contexto económico parece ser mais previsível, e mais favorável, com as perspetivas de políticas orçamentais expansionistas a virem compensar o ciclo de normalização das políticas monetárias, que deverá acelerar nos Estados-Unidos e iniciar-se para a zona Euro.

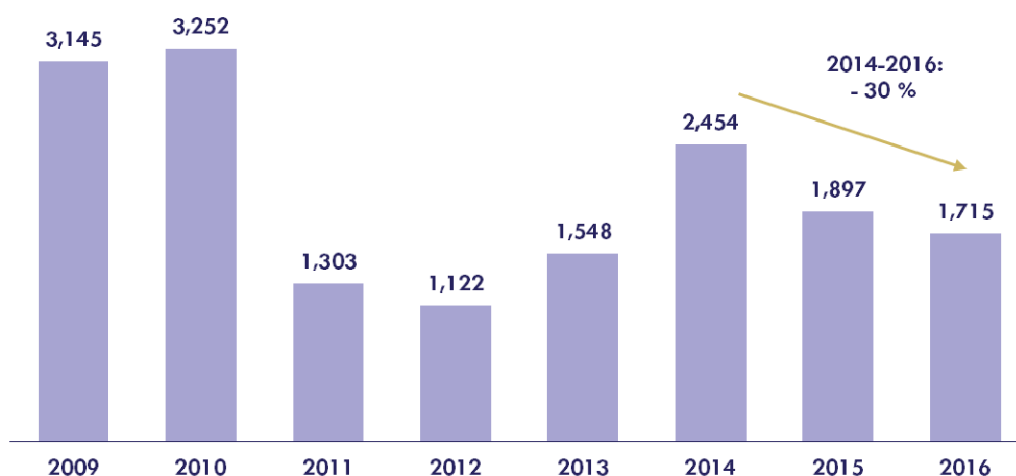
Existem, no entanto, várias incertezas que poderão levar a períodos de volatilidade nos mercados:

- Eleições em vários países da zona Euro, nomeadamente França, Alemanha e potencialmente também Itália, onde o risco de votos populistas significativos poderá orientar os discursos e as políticas para mais protecionismo e menos Europa, ou mesmo para a convocação de referenduns.
- Capacidade da economia americana de absorver as subidas de taxas previstas para 2017, essenciais para combater uma inflação cada vez mais presente, em paralelo com uma valorização do dólar que se arrisca a enfraquecer a competitividade das empresas americanas.
- Tenções geopolíticas geradas por um reposicionamento mais agressivo da administração americana em relação a países como o Irão, a China e a Coreia do Norte.
- Tenções comerciais entre a União Europeia e a Grã-Bretanha num contexto de negociação das condições do Brexit, e entre os Estados-Unidos e os seus principais parceiros comerciais (México, China, Alemanha, ...).

O MERCADO DOS PLANOS POUPANÇA REFORMA EM PORTUGAL

EVOLUÇÃO DO MERCADO DOS PLANOS POUPANÇA REFORMA (PPR)

PRODUÇÃO DE PPR – RAMO VIDA – 2009-2016



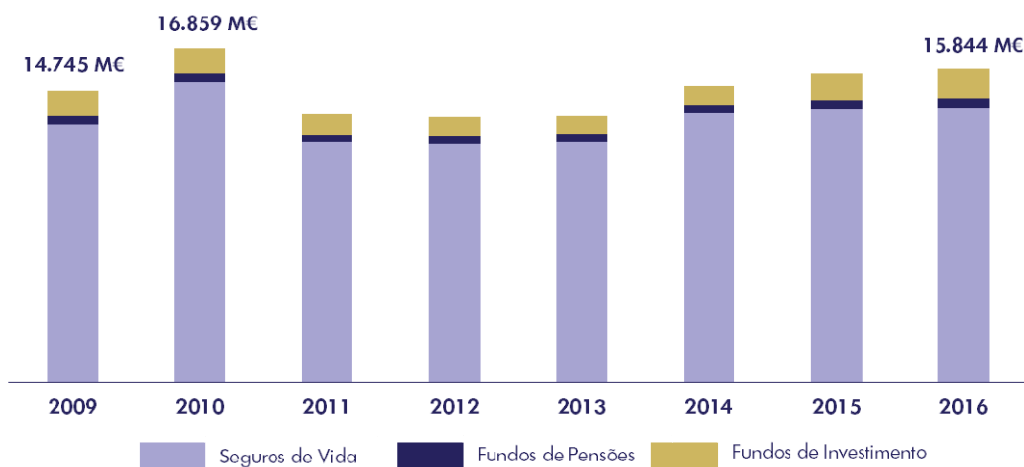
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	16 - 15
PPR - Seguro de vida	3,144,816	3,252,481	1,302,975	1,121,831	1,548,481	2,453,925	1,896,841	1,715,482	-9.6%
PPR não ligado a fundos de investimento	2,726,103	3,028,312	1,204,194	1,064,305	1,500,982	2,404,641	1,827,118	1,569,736	-14.1%
PPR ligado a fundos de investimento	418,713	224,169	98,781	57,526	47,499	49,284	69,723	145,747	109.0%

Valores em 31 de Dezembro, em milhares de euros - Fonte ASF – Dados 2016 provisórios

Em 2016, a produção de Planos Poupança Reforma, no ramo vida das Seguradoras, diminuiu de -9,6% face ao ano anterior, e representou 1.715 milhões de euros. Já, face à produção atingida em 2014, a queda representa 30.1%.

Apesar do recuo constatado face ao ano anterior, esses resultados confirmam uma certa melhoria face aos anos 2011-2013, em que a produção de PPR tinha atingido mínimos, penalizada pela desaparecimento do benefício fiscal às entregas anuais. No entanto, a produção continua longe do seu nível de 2010 (3 252 milhões de euros).

ACTIVOS SOB GESTÃO EM PPR – 2009-2016



Valores em 31 de Dezembro, em milhares de euros - Fonte ASF, APFIPP– Dados 2016 provisórios

Pelos efeitos da produção e da valorização dos ativos financeiros, os ativos sob gestão cresceram ligeiramente, de 1.6% em 2016. No total, em 2016, a soma dos ativos sob gestão em Fundos PPR e das provisões matemáticas em seguros PPR e fundos de pensões PPR atingiu 15.845 milhões de euros, dos quais 1.562 milhões em fundos de investimento.

Com 41 344 818€ sob gestão na sua gama Optimize Capital Reforma PPR, a 31 de Dezembro de 2016, a Optimize Investment Partners tem deste mercado uma quota de 2.6%.

PERFORMANCES NO MERCADO DOS PLANOS POUPANÇA REFORMA

No ano de 2016, os fundos PPR no mercado nacional obtiveram rentabilidades significativamente positivas. Destacaram-se os fundos geridos pela Optimize Investment Partners, sempre nos primeiros lugares das suas categorias nos últimos 12, 36 e 60 meses, em 30 de Dezembro:

30 de Dezembro de 2016		Rendibilidade Anualizada		
Nome		12 Meses	36 Meses	60 Meses
Risco 2				
F.I.M. Santander Poupança Prudente FPR		1,99	1,99	3,57
F.I.M. BPI Reforma Segura PPR		1,22	2,04	2,14
F.P. BBVA Solidez PPR		0,12	0,76	1,95
F.P. PPR Praemium S		-0,25	-0,29	0,59
Risco 3				
F.I.M. Optimize Capital Reforma PPR Moderado		2,59	4,71	7,10
F.P. PPR Geração Activa		0,63	2,55	5,33
F.P. PPR 5 Estrelas		0,44	2,82	5,25
F.P. PPR Garantia de Futuro (+)		-0,45	2,11	4,12
F.I.M. Santander Poupança Valorização FPR		1,35	2,17	4,05
F.I.M. IMGA Poupança PPR		1,00	2,54	3,95
F.P. PPR Vintage (+)		1,40	3,02	3,86
F.P. Vanguarda PPR		-0,29	2,13	3,64
F.P. PPR SGF Garantido (+)		0,08	1,29	3,39
F.P. PPR BNU Vanguarda		-0,46	2,16	3,38
F.P. SGF Patr. Ref. Conservador PPR		-3,98	-0,38	2,80
F.P. BPI Vida - PPR		-0,52	1,31	2,78
F.P. SGF Patr. Ref. Prudente PPR		-1,72	0,28	2,77
F.I.M. BPI Reforma Investim. PPR		-0,34	1,28	2,61
F.I.M. Bankinter PPR Obrigações		2,34	1,72	2,38
Risco 4				
F.I.M. NB PPR		1,30	5,88	9,57
F.I.M. Optimize Capital Reforma PPR Acções		0,85	4,93	7,22
F.I.M. Optimize Capital Reforma PPR Equilibrado		1,80	3,66	6,20
F.P. PPR Platinum		0,47	2,46	5,40
F.P. PPR SGF Acções Dinâmico		0,73	3,72	5,36
F.P. PPR Praemium V		-0,42	2,52	4,80
F.I.M. IMGA Investimento PPR Ações		0,27	1,55	4,64
F.P. PPR Europa		-0,36	2,60	4,24
F.I.M. Bankinter PPR Ações 55		3,26	1,35	4,22
F.P. CVI PPR		1,64	2,05	3,85
F.P. PPR BBVA		0,30	1,08	2,98
F.P. SGF Pat. Ref. Acções PPR		0,70	1,51	2,82
F.P. SGF Patr. Ref. Equilibrado PPR		-1,36	0,02	2,81
F.I.M. BPI Reforma Acções PPR		-2,18	0,85	2,26
F.P. PPR BIG Taxa Plus		-1,79	6,38	
F.P. PPR BIG ACÇÕES ALPHA		-1,75	3,05	
F.I.M. Bankinter PPR 20		0,96	0,38	
Risco 5				
F.P. Poupança Reforma PPR BBVA Acções		0,32	1,72	4,72

Fonte: APFIPP

PERSPETIVAS PARA O MERCADO DOS PLANOS POUPANÇA REFORMA

Com uma taxa de poupança financeira negativa em 2016 em Portugal, a produção ficou penalizada, o que abrandou igualmente, mecanicamente a evolução dos ativos sob gestão nesta categoria.

No entanto, num contexto de envelhecimento da população Portuguesa, de diminuição contínua das pensões e de aumento da pressão fiscal, os Planos Poupança Reforma cada vez mais se impõem como uma excelente solução de poupança e de preparação à reforma.

Cada ano, as contribuições em Planos Poupança Reforma abrem direito a deduções no IRS. Para além desta vantagem, os Planos Poupança Reforma permitem também obter uma taxa de tributação nas mais-valias reduzida, até apenas 8% em vez da taxa de até 28%, consoante a natureza do participante na altura do resgate, em vigor nos caso dos fundos de investimento tradicionais e depósitos a prazo, por exemplo.

O MERCADO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO EM PORTUGAL

Em 2016, entre a morosidade dos mercados e a sede de consumerismo dos Portugueses, a captação líquida na indústria dos fundos de investimento foi negativa, penalizando igualmente a evolução global dos ativos sob gestão. De acordo com a APFIPP, as captações líquidas em 2016 foram negativas, com os resgates a superarem as subscrições em 923 milhões de euros.

No ano de 2016, o mercado Português dos Fundos de Investimento Mobiliário registou uma diminuição do valor dos ativos sob gestão (-7.2%). Essa regressão vem confirmar a morosidade do mercado Português dos Fundos de Investimento Mobiliário, que se instalou nos últimos anos.

FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO – 2009-2016



	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário								
OICVM	11,653	8,759	6,018	6,001	7,406	8,226	8,958	8,745
Fundos Alternativos	5,570	5,478	4,818	6,294	4,991	3,362	3,004	2,356
Total	17,223	14,237	10,835	12,295	12,398	11,588	11,962	11,101

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte CMVM

PERSPETIVAS PARA O MERCADO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO

As alterações no regime de tributação dos fundos de investimento nacionais que surgiram em 2015, permitiram estabelecer um sistema próximo das práticas internacionais, e praticar a tributação sobre as valias realizadas aquando da venda das unidades de participação. Essa evolução instaurou um terreno mais competitivo para a indústria dos fundos portugueses, para captar clientes estrangeiros, como sobretudo no mercado interno, as performances dos fundos nacionais e internacionais passando a ser comparáveis.

O MERCADO DA GESTÃO DE PATRIMÓNIOS EM PORTUGAL

Em 2016, ao invés do que sucedeu no ano anterior, os ativos sob gestão por conta de outrem (gestão individual) registaram uma diminuição, de -5.7% face ao ano anterior. A indústria da Gestão de Patrimónios em Portugal foi penalizada pela fraca performance dos mercados, a aversão ao risco e a preferência nacional pelo consumo.

GESTÃO POR CONTA DE OUTREM – 2009-2016



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Gestão de Carteiras por Conta de Outrem										
Nº de Entidades Gestoras	52	52	55	51	48	47	47	47	47	40
Activos sob Gestão	59,098	63,621	60,073	67,254	69,159	55,245	55,067	60,143	59,706	65,651

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte CMVM

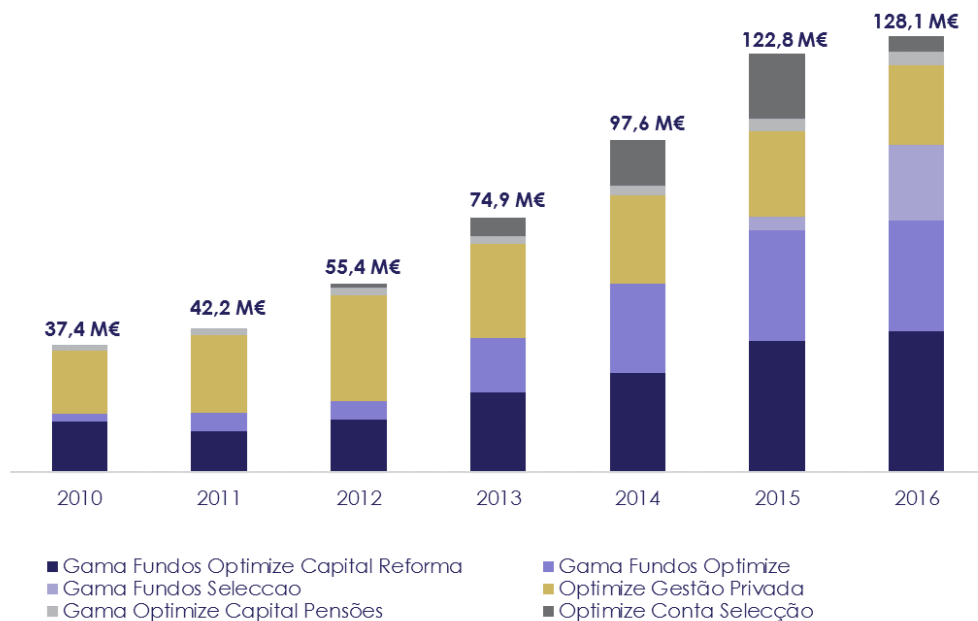
1.2 Aspetos mais salientes da atividade em 2016

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

EVOLUÇÃO DOS ATIVOS GERIDOS

Em 2016, os ativos geridos pela Optimize Investment Partners registaram uma evolução de +4%, subindo de 122.7M€ a 31 de Dezembro de 2015 para 128.1M€ a 31 de Dezembro de 2016.

ACTIVOS SOB GESTÃO – 2010-2016



	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Gama Fundos Optimize Capital Reforma	14 942 154	12 146 432	15 347 795	23 403 678	29 170 920	38 553 977	41 344 818
Gama Fundos Optimize	2 122 080	5 297 265	5 538 763	16 032 363	26 132 371	32 552 923	32 685 097
Gama Fundos Seleccao	0	0	0	0	0	3 815 574	22 181 753
Optimize Gestão Privada	18 536 864	22 953 044	31 081 269	27 568 722	26 028 906	25 053 268	23 169 616
Gama Optimize Capital Pensões	1 818 788	1 784 290	2 200 582	2 379 558	2 862 947	3 737 161	4 029 813
Optimize Conta Selecção	0	0	1 257 813	5 471 550	13 448 521	19 077 532	4 667 518
Total	37 419 886	42 181 031	55 426 221	74 855 871	97 643 665	122 790 434	128 078 617

Valores a 31 de Dezembro, em euros – Fonte Optimize Investment Partners

Relativamente ao Plano de Atividade 2016-2020 apresentado em Assembleia Geral no ano passado, o objetivo de ativos sob gestão não foi alcançado, ficando aquém dos valores previsionais em 8.8%, essencialmente devido a captações líquidas insuficientes na gama Optimize Capital Reforma PPR e Fundos Optimize.

ACTIVOS SOB GESTÃO 2016 – PREVISIONAL E REAL

	REAL 2016	PREVISIONAL - BASE	PREVISIONAL - AGRESSIVO
Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário			
Gama Optimize Capital Reforma PPR	41 344 818	49 309 756 -16,2%	49 309 756 -16,2%
Gama Fundos Optimize	32 685 097	37 203 981 -12,1%	37 203 981 -12,1%
Gama Fundos Seleccao	22 181 753	12 641 885 75,5%	12 641 885 75,5%
Total	96 211 669	99 155 623 -3,0%	99 155 623 -3,0%
Gestão de Patrimónios			
Optimize Gestão Privada	23 169 616	26 054 333 -11,1%	26 054 333 -11,1%
Gama Optimize Capital Pensões	4 029 813	4 511 904 -10,7%	4 511 904 -10,7%
Optimize Selecção	4 667 518	10 709 083 -56,4%	10 709 083 -56,4%
Total	31 866 948	41 275 320 -22,8%	41 275 320 -22,8%
Total	128 078 617	140 430 943 -8,8%	140 430 943 -8,8%

Valores a 31 de Dezembro, em euros

PERFORMANCE DOS FUNDOS

TABELA DE PERFORMANCE DOS FUNDOS GERIDOS PELA OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS EM 2016

Fundo	2016	Desde Início, por ano	Data de Início
Optimize Capital Reforma PPR Acções	+ 0.9 %	+ 5.1 %	25-09-2008
Optimize Capital Reforma PPR Equilibrado	+ 1.8 %	+ 4.6 %	25-09-2008
Optimize Capital reforma PPR Moderado	+ 2.6 %	+ 4.4 %	19-08-2010
Optimize Investimento Activo	+ 1.1 %	+ 5.5 %	24-11-2008
Optimize Europa Valor	+ 0.0 %	+ 4.7 %	31-12-2010
Optimize Europa Obrigações	+ 3.6 %	+ 7.0 %	01-07-2013
Optimize Selecção Agressiva	+ 7.8 %	+ 7.0 %	02-11-2015
Optimize Selecção Base	+ 7.4 %	+ 4.1 %	02-11-2015
Optimize Selecção Defensiva	+ 3.3 %	+ 1.8 %	02-11-2015

Em 2016, todos os fundos históricos geridos pela Optimize Investment Partners obtiveram rentabilidades positivas. Todos registaram ainda muito boas performances desde a sua criação.

O fundo Optimize Europa Valor foi premiado pela Morningstar, para o ano de 2015 e novamente para 2016, na categoria "melhor fundo nacional de ações europeias".

Salienta-se ainda que os fundos PPR geridos pela Optimize Investment Partners ocupam dos primeiros lugares pelas performances nas suas respetivas categorias, no mercado (ver página 9 do presente relatório).

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO

Durante o ano de 2016, o net inflow atingiu 1.630.764€, representando uma forte diminuição face ao ano anterior.

A produção líquida foi liderada pelas gamas Optimize Seleção (+3.259.774€) e a gama Optimize Capital Reforma PPR (+1.670.415€).

PRODUÇÃO LÍQUIDA E ILÍQUIDA 2010-2016

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Fundos de Investimento Mobiliário							
Gama Optimize Capital Reforma	3 290 049	-1 242 591	1 640 733	6 658 497	4 367 688	6 433 654	1 670 415
	<i>4 580 586</i>	<i>2 374 791</i>	<i>3 404 808</i>	<i>8 174 679</i>	<i>7 186 039</i>	<i>9 989 988</i>	<i>5 130 632</i>
Gama Optimize Convicção	2 010 752	4 101 801	-2 492 923	3 869 099	6 894 795	2 362 742	-664 073
	<i>2 040 524</i>	<i>5 529 014</i>	<i>1 391 854</i>	<i>4 263 445</i>	<i>8 402 514</i>	<i>4 200 548</i>	<i>1 687 620</i>
Gama Optimize Seleção						909 555	3 259 774
						<i>906 096</i>	<i>4 549 713</i>
Total	5 300 801	2 859 210	-852 190	10 527 596	11 262 482	9 705 951	4 266 117
	<i>6 621 110</i>	<i>7 903 805</i>	<i>4 796 662</i>	<i>12 438 124</i>	<i>15 588 554</i>	<i>15 096 632</i>	<i>11 367 966</i>
Gestão de Carteiras							
Optimize Gestão Privada	15 882 607	2 026 353	267 477	299 656	-1 350 365	-368 926	-2 019 747
	<i>26 516 528</i>	<i>9 463 522</i>	<i>16 669 336</i>	<i>4 954 677</i>	<i>4 009 359</i>	<i>1 200 485</i>	<i>453 546</i>
Optimize Tesouro		3 272 650	3 339 278	-3 945 561	-2 296 697	-256 124	-215 865
		<i>3 293 920</i>	<i>5 664 572</i>	<i>1 683 517</i>	<i>359 131</i>	<i>473</i>	<i>130</i>
Optimize Conta Seleção			1 240 276	3 903 801	6 981 936	8 465 398	-545 251
			<i>1 240 584</i>	<i>4 068 433</i>	<i>7 333 986</i>	<i>9 437 475</i>	<i>234 085</i>
Optimize Capital Pensões	1 822 584	54 811	38 709	1 336	278 780	703 247	145 509
	<i>1 822 584</i>	<i>148 394</i>	<i>113 157</i>	<i>96 186</i>	<i>610 708</i>	<i>817 963</i>	<i>307 656</i>
Total	17 705 191	5 353 814	4 885 740	259 232	3 613 654	8 543 595	-2 635 353
	<i>28 339 112</i>	<i>12 905 836</i>	<i>23 687 649</i>	<i>10 802 813</i>	<i>12 313 184</i>	<i>11 456 396</i>	<i>995 417</i>
Total	23 005 992	8 213 024	4 033 550	10 786 828	14 876 136	18 249 545	1 630 764
	<i>34 960 222</i>	<i>20 809 641</i>	<i>28 484 311</i>	<i>23 240 937</i>	<i>27 901 737</i>	<i>26 553 028</i>	<i>12 363 383</i>

Valores em 31 de Dezembro, em euros. Valores Líquidos. Valores ilíquidos em itálicos.

PERSPETIVAS PARA 2017

Em 2017, a Optimize Investment Partners entende continuar a dinamizar a sua produção através de canais digitais, campanhas online e nas redes sociais.

Não se prevê qualquer alteração na atividade da Optimize Mediação para o ano de 2016.

1.3 Contas 2016

RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Optimize Investimento SGPS, SA realizou em base consolidada em 2016 um Produto da Atividade de **1.347.083,20€**, e um resultado líquido de **282.441,89€** que se deve no essencial à atividade da participada Optimize Investment Partners SGFIM SA.

SÍNTESE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	2016	2015
Margem Financeira	3.737,91 €	2.653,90 €
Rendimentos de serviços e comissões	1.603.087,46 €	1.448.536,64 €
Encargos com serviços e comissões	-281.798,04 €	-81.508,67 €
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	-523,46 €	-523,34 €
Resultados de reavaliação cambial	-465,85 €	198,83 €
Outros resultados de exploração	21.998,26 €	-65.916,01 €
Produto da Atividade	1.347.083,20 €	1.303.441,35 €
Custos com pessoal	-614.330,68 €	-613.774,90 €
Gastos gerais administrativos	-323.139,33 €	-225.508,89 €
Amortizações e provisões do exercício	-33.559,69 €	-34.261,97 €
Provisões líquidas de reposições e anulações	-176,00 €	-153,00 €
Imparidade de outros ativos financeiros líquidos	0,00 €	0,00 €
Resultado antes de impostos	375.877,50 €	429.742,59 €
Resultado após impostos	282.441,89 €	289.238,40 €

PERSPETIVAS FUTURAS

Não se perspetivam para 2017 alterações significativas na atividade da sociedade, que irá manter um nível de despesa residual, e deverá manter inalteradas as suas participações financeiras.

CONCLUSÕES

Ao abrigo do Decreto-Lei 411/91 de 17 de Outubro, informa-se que à data de 31 de Dezembro de 2016 não existia qualquer dívida para com a Segurança Social. Para o efeito dos Artigos 289º, 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, ver o anexo ao presente Relatório.

Lisboa, 31 de Março de 2017

Pela Administração

2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2.1 Balanço consolidado

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015, EM EUROS

		2016			2015
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
		1	2	3 = 1 - 2	3 = 1 - 2
Ativo					
		77.06	0.00	77.06	1.08
Caixa e disponibilidades em bancos centrais					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1	1,062,664.24	0.00	1,062,664.24	737,357.98
Ativos financeiros detidos para negociação		0.00	0.00	0.00	0.00
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados		0.00	0.00	0.00	126.64
Ativos financeiros disponíveis para venda	2	178,113.15	0.00	178,113.15	231,835.39
Aplicações em instituições de crédito		0.00	0.00	0.00	0.00
Crédito a clientes		0.00	0.00	0.00	0.00
Investimentos detidos até à maturidade		0.00	0.00	0.00	0.00
Ativos com acordo de recompra		0.00	0.00	0.00	0.00
Derivados de cobertura		0.00	0.00	0.00	0.00
Ativos não correntes detidos para venda	3	0.00	0.00	0.00	639.20
Propriedades de investimento		0.00	0.00	0.00	0.00
Outros ativos tangíveis	4	198,668.42	122,522.33	76,146.09	95,091.80
Diferenças de consolidação positivas (Goodwill)	5	336,584.79	0.00	336,584.79	336,584.79
Ativos intangíveis	6	69,517.63	68,626.34	891.29	855.79
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação		0.00	0.00	0.00	0.00
Ativos por impostos correntes		0.00	0.00	0.00	0.00
Ativos por impostos diferidos		0.00	0.00	0.00	0.00
Provisões técnicas de resseguro cedido		0.00	0.00	0.00	0.00
Outros ativos	7	269,468.55	0.00	269,468.55	253,265.59
Total de Ativo		2,115,093.84	191,148.67	1,923,945.17	1,655,758.26
Passivo					
				0.00	0.00
Recursos de bancos centrais				0.00	0.00
Passivos financeiros detidos para negociação				0.00	0.00
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados				0.00	0.00
Recursos de outras instituições de crédito				0.00	0.00
Recursos de clientes e outros empréstimos				0.00	0.00
Responsabilidades representadas por títulos				0.00	0.00
Passivos financeiros associados a ativos transferidos				0.00	0.00
Derivados de cobertura				0.00	0.00
Passivos não correntes detidos para venda				0.00	0.00
Provisões	8			2,435.00	2,259.00
Provisões técnicas				0.00	0.00
Passivos por impostos correntes	9			64,903.35	21,656.09
Passivos por impostos diferidos				0.00	0.00
Instrumentos representativos de capital				0.00	0.00
Outros passivos subordinados				0.00	0.00
Outros passivos	10			394,019.84	310,403.44
Total de Passivo				461,358.19	334,318.53
Capital					
				898,760.00	898,760.00
Capital	11			29,267.31	29,267.31
Prémios de emissão	12			0.00	0.00
Outros instrumentos de capital				-14,800.18	-5,861.98
Reservas de reavaliação				266,917.96	210,036.02
Outras reservas e resultados transitados				0.00	0.00
Acções próprias				282,441.89	289,238.40
Resultado do exercício				0.00	-100,000.02
Dividendos antecipados				1,462,586.98	1,321,439.73
Total de Capital Próprio do Grupo				0.00	0.00
Interesses que não controlam				1,462,586.98	1,321,439.73
Total do Capital Próprio				1,923,945.17	1,655,758.26

2.2 Demonstração de Resultado consolidado

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015, EM EUROS

		EUR	
		2016	2015
Juros e rendimentos similares	13	5,610.31	4,858.69
Juros e encargos similares	13	1,872.40	2,204.79
Margem financeira		3,737.91	2,653.90
Rendimentos de instrumentos de capital		0.00	0.00
Rendimentos de serviços e comissões	14	1,603,087.46	1,448,536.64
Encargos com serviços e comissões	15	-281,798.04	-81,508.67
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de res.		0.00	0.00
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	16	523.46	-523.34
Resultados de reavaliação cambial	16	-465.85	198.83
Resultados de alienação de outros ativos		0.00	0.00
Prémios líquidos de resseguro		0.00	0.00
Custos com sinistros líquidos de resseguro		0.00	0.00
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro		0.00	0.00
Outros resultados de exploração	17	21,998.26	-65,916.01
Produto da atividade		1,347,083.20	1,303,441.35
Custos com pessoal	18	-614,330.68	-613,774.90
Gastos gerais administrativos	19	-323,139.33	-225,508.89
Amortizações do exercício	4, 6	-33,559.69	-34,261.97
Provisões líquidas de reposições e anulações	8	-176.00	-153.00
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes		0.00	0.00
Imparidade de outros ativos financeiros líquida		0.00	0.00
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações		0.00	0.00
Diferenças de consolidação negativas		0.00	0.00
Resultados de associadas (equivalência patrimonial)		0.00	0.00
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		375,877.50	429,742.59
Impostos		-93,435.61	-140,504.19
Correntes		-93,435.61	-44,327.97
Diferidos		0.00	-96,176.22
Resultado após impostos antes de interesses minoritários		282,441.89	289,238.40
Atribuído a Accionistas da Optimize SGPS		282,441.89	289,238.40
Atribuído a Interesses que não controlam		0.00	0.00

2.3 Demonstração de Rendimento Integral consolidado

DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015, EM EUROS

EUR

Rúbricas	12/31/2016	12/31/2015
Resultado do período	282,441.89	289,238.40
Ganhos/Perdas líquidas em títulos disponíveis para venda	-8,938.20	-13,196.63
Ganhos/Perdas líquidas em diferenças cambiais	0.00	0.00
Total do rendimento integral do período líquido de imposto:	273,503.69	276,041.77
Atribuídos a:		
Accionistas da Optimize SGPS	273,503.69	276,041.77
Interesses não controlados	0.00	0.00

2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS EM 2016 E 2015, EM EUROS

	2016	EUR 2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Juros recebidos	0.00	0.00
Comissões recebidas	1,652,424.34	1,519,862.18
Pagamento de juros	0.00	0.00
Pagamento de comissões	-67,731.19	-85,463.60
Pagamentos a empregados	-322,046.01	-292,766.83
Pagamentos a fornecedores	-329,425.04	-245,612.48
Pagamentos ao Estado e Seg. Social	-393,425.31	-378,348.39
Outros recebimentos relativos à atividade operacional	123,583.47	96,513.37
Outros pagamentos relativos à atividade operacional	-194,757.04	-98,534.51
Pagamentos e recebimentos de impostos sobre lucros	-51,049.55	-42,019.10
	417,573.67	473,630.64
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos respeitando a:		
Venda de ativos financeiros	174,577.24	144,988.79
Venda de ativos tangíveis e intangíveis	444.01	0.00
Juros e proveitos similares	5,622.50	4,425.24
Dividendos	0.00	0.00
Pagamentos respeitando a:		
Aquisição de ativos financeiros	-129,214.44	-314,603.13
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	-7,466.22	-8,096.35
Juros e proveitos similares	0.00	0.00
Dividendos	0.00	0.00
	43,963.09	-173,285.45
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos respeitando a:	0.00	0.00
Empréstimos obtidos	0.00	0.00
Aumentos de capital, prestações e prémios de emissão	0.00	0.00
Subsídios de doações	0.00	0.00
Vendas de acções próprias	0.00	0.00
Cobertura de prejuízos	0.00	0.00
Pagamentos respeitando a:	0.00	0.00
Empréstimos obtidos	0.00	0.00
Amortizações de contratos de locação financeira	-11,792.27	-10,621.61
Juros e custos similares	-1,911.01	-1,982.83
Dividendos	-122,451.24	-91,709.57
Reduções de capital e prestações suplementares	0.00	0.00
Aquisições de acções próprias	0.00	0.00
	-136,154.52	-104,314.01
 Variação líquida da caixa e dos seus equivalentes	 325,382.24	 196,031.18
Caixa e seus equivalentes no início de período	737,359.06	541,327.88
Caixa e seus equivalentes no fim de período	1,062,741.30	737,359.06

2.5 Demonstração de Alterações no Capital Próprio consolidado

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO EM 2016 E 2015, EM EUROS

	Capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Reservas de reavaliação	Resultados transitados	Resultados líquidos do exercício	Capitais próprios consolidados	Interesses não controlados	EUR Capitais próprios totais
Saldos em 31/12/2014	898,760.00	29,267.31	6,720.48	7,334.65	171.58	203,143.96	1,145,397.97	0.00	1,145,397.98
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2014			20,359.09		182,784.87	-203,143.96			0.00
Aumento de capital									0.00
Outros ajustamentos									0.00
Aquisição de ações próprias									0.00
Rendimento Integral 2015 atribuível ao Grupo Optimize				-13,196.63		289,238.40	276,041.77		276,041.77
Rendimento Integral 2015 atribuível a interesses não controlados									0.00
Distribuição de Dividendos							-100,000.02		-100,000.02
Saldos em 31/12/2015	898,760.00	29,267.31	27,079.57	-5,861.98	182,956.45	289,238.40	1,321,439.72	0.00	1,321,439.73
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2015			55,031.45		1,850.49	-289,238.40			0.00
Aumento de capital									0.00
Outros ajustamentos									0.00
Aquisição de ações próprias									0.00
Rendimento Integral 2016 atribuível ao Grupo Optimize				-8,938.20		282,441.89	273,503.69		273,503.69
Rendimento Integral 2016 atribuível a interesses não controlados									0.00
Distribuição de Dividendos							-132,356.44		-132,356.44
Saldos em 31/12/2016	898,760.00	29,267.31	82,111.02	-14,800.18	184,806.94	282,441.89	1,462,586.98	0.00	1,462,586.98

| 3 ANEXOS

3.1 Anexo ao Relatório de Gestão

RELAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Conforme o estipulado no Art. 289º do Código das Sociedades Comerciais:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	António Ahrens Esteves
Secretário	Maria Teresa Torres

Conselho de Administração

Presidente	José António Santos Teixeira
Administradores	Diogo Pereira Santos Teixeira Claire Teixeira Ricardo Manuel Cabral Eugénio Palomino Rabanal

Fiscal Único

Fiscal Único	CFA – Cravo, Forte, Antão e Associados, SROC, LDA, representada por Avelino Azevedo Antão
Suplente do Fiscal Único	Armando Jorge de Almeida Tavares, ROC

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Membro do Conselho de Administração	Ações detidas em 31/12/2015	Movimento em 2016	Ações detidas em 31/12/2016
José Santos Teixeira	0	0	0
Diogo Santos Teixeira	0	0	0
Claire Moulard Teixeira	0	0	0
Ricardo Manuel Cabral	8.893	0	8.893
Eugénio Palomino Rabanal	1.482	0	1.482

INFORMAÇÃO SOBRE AS PARTICIPAÇÕES DE ACIONISTAS NO CAPITAL DA SOCIEDADE

Em 31 de Dezembro de 2016, nos termos do Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, a estrutura acionista da sociedade é a seguinte:

Acionista	Ações	% do Capital
JCD Invest SGPS, Lda	64.955	72,3%
Ricardo Cabral	8.893	9,9%
Financière de l'Intendance EURL	5.929	6,6%
SCP CDCMT	1.887	2,1%
António Esteves	1.482	1,6%
Tiago de Matos	1.482	1,6%
Eugénio Palomino	1.482	1,6%
Marc Renaud	1.076	1,2%
Acofi Participations SARL	1.076	1,2%
SPAC - Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil	538	0,6%
Teresa Torres	538	0,6%
Vista Aerea - Empreendimento Imobiliarios, S.A.	538	0,6%
	89.876	100%

3.2 Anexo ao Balanço e Outras Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em euros)

Nota introdutória

A Optimize Investimento SGPS SA foi constituída em 19 de Março de 2007, tendo como principal atividade a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas.

A Sociedade é a empresa mãe do Grupo Optimize, o qual em 31 de Dezembro de 2016 é constituído por:

- Optimize Investment Partners SGFIM SA, detida a 100% pela Optimize Investimento SGPS SA e com um capital social de 450.771,71€
- Optimize Mediação de Seguros Lda, detida a 100% pela Optimize Investimento SGPS SA e com um capital social de 10.000,00€

A Sociedade está registada, enquanto Instituição Financeira, sob o nº de registo 1003 no Banco de Portugal.

BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, alterado pelo Aviso 13/2005 e das Instruções nº 23/2004, nº 9/2005 e nº 33/2005, alteradas pela Instrução 28/2009 do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo nº 1 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

A) INVESTIMENTO EM FILIAIS

Os investimentos financeiros estão valorizados a custo de aquisição. O custo de aquisição pode ser ajustado após redução de capital.

B) ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

A sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

C) IMPOSTOS SOBRE LUCROS

A sociedade está sujeita ao regime geral de tributação previsto no Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não aceites fiscalmente bem como devido a tributações autónomas existentes no quadro legal.

D) IMPOSTOS DIFERIDOS

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os ativos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

O valor total de prejuízos fiscais em base individual da Optimize Investimento SGPS não deram lugar ao reconhecimento do respetivo imposto diferido ativo porque não ser expectável auferir nos próximos exercícios de lucros suficientes para o aproveitamento desses impostos diferidos.

D) ACONTECIMENTOS SUPERVENIENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam á data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras da sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram a pós a data do mesmo, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

E) CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Caixa e disponibilidades em bancos centrais incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo de elevada liquidez e com maturidades iniciais até três meses.

F) OUTROS ATIVOS

Os outros ativos são reconhecidos ao justo valor. A imparidade é estabelecida quando há evidência de que a entidade não receberá a totalidade ou parte dos montantes em dívida. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade na demonstração de resultados.

G) OUTROS PASSIVOS

Os outros passivos são registados pelo seu valor nominal.

DENOMINAÇÃO, A SEDE DAS EMPRESAS FILIAIS COMPREENDIDAS NA CONSOLIDAÇÃO E A FRAÇÃO DO CAPITAL DETIDO QUER PELA EMPRESA MÃE QUER POR OUTRAS EMPRESAS TAMBÉM COMPREENDIDAS NA CONSOLIDAÇÃO

OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS SGFIM SA:

Detida a 100,0% pela Optimize Investimento SGPS SA e com um capital social de 450.771,71€, sediada Avenida Fontes Pereira de Melo nº21 4º em Lisboa, empresa consolidada com a empresa mãe pelo método integral.

OPTIMIZE MEDIAÇÃO DE SEGUROS UNIPessoal LDA:

Detida a 100,0% pela Optimize Investimento SGPS SA e com um capital social de 10.000,00€, sediada Avenida Fontes Pereira de Melo, 21, 4º em Lisboa, empresa consolidada com a empresa mãe pelo método integral.

DENOMINAÇÃO, A SEDE DAS EMPRESAS FILIAIS NÃO COMPREENDIDAS NA CONSOLIDAÇÃO NOS TERMOS DO Nº1 DO ART. 5º DO DL Nº36/92

Todas as empresas filiais da Optimize Investimento SGPS SA encontram-se consolidadas conforme o método de integração global. O método de consolidação da Optimize Mediação de Seguros Lda, consolidada com a empresa mãe pelo método da equivalência patrimonial até 31/12/2009, foi alterado a partir do exercício 2010.

REPARTIÇÃO SECTORIAL E GEOGRÁFICA DA ATIVIDADE DO GRUPO

Os rendimentos realizados pelo grupo Optimize durante o exercício de 2016 foram exclusivamente realizados no território português.

EFETIVO MÉDIO DE TRABALHADORES

Administradores executivos: 3

Empregados: 11

MONTANTE DAS REMUNERAÇÕES AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA EMPRESA MÃE E FILIAIS

OPTIMIZE INVESTIMENTO SGPS SA

Administração	0,00 €
Assembleia Geral	0,00 €
Fiscal único	2.200,00 €

OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS SGFIM SA

Administração	210.500,88 €
Assembleia Geral	1.845,00 €
Fiscal único	15.399.60 €

NOTA 1 - DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Depósitos à Ordem	1,062,664.24	737,357.98
Banco LJ Carregosa	50,217.58	49,067.94
Banque de Luxembourg	569,558.15	352,697.52
Banco BPI	417,999.80	212,421.99
Banco Invest	24,888.71	123,170.53

NOTA 2 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Essa rubrica tem a seguinte evolução:

	Saldo a 31.12.2015	Ativos adquiridos	Ativos alienados	Registo em reservas decorrentes da valorização	Resultados de vendas	Justo valor a 31.12.2016
OT PGB 4.45% 15/06/18	33,114.60	0.00	0.00	-1,171.35	0.00	31,943.25
OT PGB 5.65% 15/02/24	31,007.50	0.00	0.00	-2,332.50	0.00	28,675.00
OT PGB 2.875% 10/15/25	102,880.00	0.00	0.00	-8,190.00	0.00	94,690.00
Outros ativos financeiros disponíveis para venda	64,833.29	50,855.09	94,647.71	2,755.65	-991.42	22,804.90
	231,835.39	50,855.09	94,647.71	-8,938.20	-991.42	178,113.15

O título OT PGB 4.45% 15/06/18 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 4.45% e vencimento em 15 de Junho de 2018.

O título OT PGB 5.65% 15/02/24 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 5.65% e vencimento em 15 de Fevereiro de 2024.

O título OT PGB 2.875% 15/10/25 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 2.875% e vencimento em 15 de Outubro de 2025.

NOTA 3 – ATIVOS NÃO CORRENTES DISPONÍVEIS PARA VENDA

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Ativos não correntes detidos para venda	0.00	639.20
iPhone6 Silver 64GB-YPT	0.00	639.20

O iPhone 6 Silver 64GB-YPT é um equipamento telemóvel destinado à Administração da Sociedade que foi substituído e ainda não tinha sido vendido a data de 31 de Dezembro de 2015.

NOTA 4 - OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis da sociedade são representados pelas seguintes rubricas:

Ativo tangível	Saldo inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienação	Transferências e Abates	Saldo Final
Mobiliário e material	45,239.44	0.00	988.15	0.00	0.00	46,227.59
Outras máquinas administrativas	831.38	0.00	663.50	0.00	0.00	1,494.88
Equipamento informático	47,236.95	0.00	10,060.07	0.00	0.00	57,297.02
Instalações interiores	5,763.10	0.00	2,219.09	0.00	0.00	7,982.19
Veículos em locação financeira	64,621.43		0.00	0.00	0.00	64,621.43
Outros ativos tangíveis	21,045.31	0.00	0.00	0.00	0.00	21,045.31
Total Bruto	184,737.61	0.00	13,930.81	0.00	0.00	198,668.42
Mobiliário e material	36,537.52	0.00	2,840.19	0.00	0.00	39,377.71
Outras máquinas administrativas	155.88	0.00	179.93	0.00	0.00	335.81
Equipamento informático	30,938.51	0.00	10,341.66	0.00	0.00	41,280.17
Instalações interiores	3,756.03	0.00	728.74	0.00	0.00	4,484.77
Veículos em locação financeira	14,809.08	0.00	16,155.36	0.00	0.00	30,964.44
Outros ativos tangíveis	3,448.79	0.00	2,630.64	0.00	0.00	6,079.43
Total amortizações	89,645.81	0.00	32,876.52	0.00	0.00	122,522.33
Total Líquido	95,091.80	0.00	-18,945.71	0.00	0.00	76,146.09

NOTA 5 - DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO POSITIVAS (GOODWILL)

As diferenças de consolidação positivas são as seguintes:

Diferenças de consolidação positivas (Goodwill)	336,584.79
Investimentos em associadas	923,393.79
Optimize-Mediação Seguros	10,000.00
Optimize Investment Partners	913,393.79
Aquisição de acções	787,356.50
Prestações Acessórias	126,037.29
Capital Próprio Optimize-Mediação Seguros	-10,000.00
Capital Próprio Optimize Investment Partners	-450,771.71
Outros Instrumentos de Capital Optimize Investment	-126,037.29

NOTA 6 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis da sociedade são representados pelas seguintes rubricas:

Ativo intangível	Saldo inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienação	Transferências e Abates	Saldo Final
Software	68,856.12	0.00	661.51	0.00	0.00	69,517.63
Total Bruto	68,856.12	0.00	661.51	0.00	0.00	69,517.63
Software	68,000.33	0.00	626.01	0.00	0.00	68,626.34
Total Amortizações	68,000.33	0.00	626.01	0.00	0.00	68,626.34
Total Líquido	855.79	0.00	35.50	0.00	0.00	891.29

NOTA 7 - OUTROS ATIVOS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Outros ativos	269,468.55	253,265.59
Setor público administrativo	8,130.27	9,407.36
IRC - PEC	4,206.63	5,887.50
IRC - PPC	0.00	0.00
IRC - Ret. Fonte - juros bancários	0.00	0.00
DGCI	0.00	0.00
Retenções IRS clientes	3,923.64	3,519.86
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	0.00	0.00
Devedores diversos	53,809.62	42,362.07
Allianz	0.00	0.00
Banque de Luxembourg	4,400.00	6,600.00
Hercesa - Caução renda escritório	7,744.00	7,744.00
CTT conta corrente	398.13	225.95
MFEX Mutual Funds Exchange AB	13,742.00	23,229.00
SGF	311.44	326.42
Empresas do grupo	0.00	0.00
Autoridade Tributária e Aduaneira	0.00	0.00
MDS Corretor de Seguros	0.00	0.00
Banco Invest	26,061.01	1,169.35
Fincor	0.00	2,700.81
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	0.00	0.00
Banif Pensões-Soc. G. Fundos Pensões, S.A.	202.65	0.00
Fundos de Compensação do Trabalho	681.29	336.48
Outros devedores	269.10	30.06
Devedores diversos - Fundos	101,281.85	94,549.93
Optimize Capital Reforma Equilibrado PPR	23,913.89	20,884.72
Optimize Capital Reforma Acções PPR	22,668.69	19,640.13
Optimize Capital Reforma Moderado PPR	6,207.41	3,675.05
Optimize Investimento ativo	15,969.59	16,196.20
Optimize Europa Valor	14,500.32	14,281.65
Optimize Capital Pensões Acções	1,696.02	1,505.45
Optimize Capital Pensões Equilibrado	1,855.87	1,454.83
Optimize Capital Pensões Moderado	1,514.32	1,442.87
Optimize Europa Obrigações	12,654.79	13,263.39
Optimize Selecção Base	171.50	1,669.72
Optimize Selecção Agressiva	-26.81	301.91
Optimize Selecção Defensiva	156.26	234.01
Cientes Gestão Privada	57,028.47	68,925.16
Comissão Fixa	55,340.73	61,120.21
Comissão de Entrega	0.00	0.00
Comissão de Performance	1,687.74	7,804.95
Cientes Gestão Privada	1,252.23	2,789.42
Comissão de Performance	1,252.23	2,789.42
Despesas com Encargos Diferidos	44,383.13	32,746.81
Seguros	13,538.47	5,312.80
Rendas de Locação Operacional	222.18	219.17
Outras Rendas	3,197.85	3,197.85
Outras	27,424.63	24,016.99
Rendimentos a receber	2,056.23	2,068.42
Outras Contas de Regularização - IVA	1,526.75	416.42
Anulação de saldos intra-grupo	0.00	0.00

NOTA 8 - PROVISÕES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

Provisões	
Provisões para risco geral de crédito	
Saldo 31.12.2015	2,259.00
Aumento	389.00
Reposições e anulações	213.00
Saldo 31.12.2016	2,435.00

As provisões para risco geral de crédito, são constituídas ao abrigo do Aviso 3/95 do Banco de Portugal, que foi alterado pelos Avisos 2/99, 3/99, 7/2000, 4/2002, 8/2003, 9/2003 e 3/2005.

NOTA 9 - PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Passivos por impostos correntes	64,903.35	21,656.09
Retenção de IRC na fonte	64,903.35	21,656.09

NOTA 10 - OUTROS PASSIVOS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Outros passivos	394,019.84	310,403.44
Credores - Setor público administrativo	28,731.02	29,476.78
Retenção de impostos na fonte	16,070.93	18,186.42
Contribuições para a segurança social	12,660.09	11,290.36
Credores por fornecimento de bens	81,353.52	73,289.32
Outros Credores	220,155.83	151,973.79
Angariadores	37,031.61	40,539.76
Juros, dividendos e outras remunerações de capital	2,002.85	2,373.67
Clientes - Ofertas e Promoções	180,010.48	108,469.19
Impostos devidos por fundos extintos	0.00	0.00
Empresas do grupo	0.00	0.00
Despesas colaboradores	230.11	427.75
Outros credores diversos	880.78	163.42
Encargos a pagar	54,806.11	51,952.60
Remunerações de empregados	27,257.34	32,214.50
Encargos sociais	5,846.62	7,651.06
Outros encargos a pagar	21,702.15	12,087.04
Outros rendimentos a reconhecer	0.00	0.00
Outras Contas de Regularização - IVA	8,973.36	3,710.95
Anulação de saldos intra-grupo	0.00	0.00

NOTA 11 - CAPITAL

O capital social é constituído por 89.876 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 10 Euros cada, perfazendo assim um capital de 898.760 euros totalmente realizado em dinheiro.

NOTA 12 - PRÉMIO DE EMISSÃO

A reserva prémios de emissão resultou do aumento de capital realizado no ano de 2007 o qual foi efetuado com um prémio de emissão de 1.025.592 €, e da transferência, em 2013, do Resultado do exercício 2012, -626.038,67€, juntamente com os resultados transitados -370.286,02, para a conta de Prémios de Emissão.

NOTA 13 - JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Juros e rendimentos similares e juros e encargos similares	3,737.91	2,653.90
Juros e rendimentos similares	5,610.31	4,858.69
Juros de disponibilidades em Instituições Financeiras	0.00	0.00
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	5,610.31	4,858.69
Outros juros e encargos similares	1,872.40	2,204.79

NOTA 14 - RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Rendimentos de serviços e comissões	1,603,087.46	1,448,536.64
Comissão de gestão de fundos de investimento	1,288,010.41	1,107,111.43
Comissões de gestão de discricionária	315,077.05	341,425.21
Comissão Fixa	255,556.26	287,573.96
Comissão Performance	1,388.59	7,269.34
Comissão de Entrega	58,132.20	46,581.91
Rebates fundos em carteiras de gestão discricionária	0.00	0.00

NOTA 15 - ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Encargos com serviços e comissões	281,798.04	81,508.67
Comissões por depósito e guarda de valores	0.00	0.00
Honorários angariadores	61,330.32	81,508.67
Ofertas e promoções a clientes	220,467.72	0.00
Por serviços bancários prestados	0.00	0.00

O valor de 61.330,32€ de honorários de angariadores corresponde à remuneração paga pela Optimize em retrocessões de comissões de comercialização e retrocessões de comissões de gestão das carteiras de clientes angariados pela rede de agentes vinculados.

As ofertas e comissões a clientes correspondem a bónus na subscrição oferecidos pela Optimize Investment Partners no âmbito de protocolos e de campanhas promocionais, bem como a prémios de fidelização, também proporcionados no âmbito de protocolos.

NOTA 16 - RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Resultados em operações financeiras	57.61	-324.51
Resultados de reavaliação cambial	-465.85	198.83
Ganhos em diferenças cambiais	437.10	1,500.17
Perdas em diferenças cambiais	902.95	1,301.34
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	523.46	-523.34
Ganhos em ativos financeiros disponíveis para venda	1,186.95	1,554.69
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	663.49	2,078.03

NOTA 17 - OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Outros resultados de exploração	21,998.26	-65,916.01
Outros encargos e gastos operacionais	-36,289.92	-164,230.98
Taxa mensal CMVM	-9,492.89	-9,123.04
Sistema de Indemnização aos Investidores	-1,500.00	-500.00
Outros	-25,297.03	-154,607.94
Renda de locação operacional	-2,663.15	-2,650.12
Regularização anual pro-rata	-1,637.77	-1,881.25
Ofertas e promoções a clientes	0.00	-133,348.54
Quotizações e donativos	-12,991.88	-12,412.71
Outros	-8,004.23	-4,315.32
Outras comissões pagas por serviços bancários	-3,163.51	-4,866.84
Outros rendimentos e receitas operacionais	61,451.69	103,181.81
Outros - prestação de serviços intra-grupo	0.00	0.00
Regularização Anual por cálculo prorata IVA	0.00	0.00
Fees de tratamento de dossier	0.00	30.00
Rebates fundos em carteira gestão privada	47,116.07	87,916.95
Correcções relativas a exercícios anteriores	57.16	0.00
Outros - prestação de serviços de intermediação	14,270.93	15,230.86
Outros	7.53	4.00

NOTA 18 - CUSTOS COM PESSOAL

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Custos com pessoal	614,330.68	613,774.90
Remuneração com os órgãos de gestão e fiscalização	212,283.78	221,508.39
Remuneração de empregados	296,413.78	282,603.08
Encargos sociais obrigatórios	105,633.12	109,573.43
Outros custos com pessoal	0.00	90.00

NOTA 19 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Gastos Gerais Administrativos	323,139.33	225,508.89
Gastos gerais com fornecimentos	23,482.12	19,608.08
Água, energia e combustíveis	5,117.77	4,487.40
Material de consumo corrente	10,937.17	8,890.10
Outros fornecimentos de terceiros	7,427.18	6,230.58
Gastos gerais com Serviços	299,657.21	205,900.81
Rendas e alugueres	38,374.20	38,374.20
Comunicações	26,322.65	27,495.83
Deslocações estadas e representação	37,646.58	30,751.91
Publicidade	50,323.86	17,558.76
Conservação e reparação	7,791.18	7,404.57
Formação de pessoal	7,639.23	2,268.00
Seguros	9,938.21	8,196.16
Serviços especializados	118,286.11	73,322.76
Outras Avenças	12,999.28	5,140.00
Judiciais, contencioso, notariado e outros	457.41	1,350.28
Informática	38,512.28	35,142.07
Segurança e vigilância	160.68	0.00
Informações	43,547.11	19,471.17
Auditoria	19,043.55	10,460.50
Suporte entre empresas do grupo	3,565.80	1,758.74
Outros serviços	3,335.19	528.62

Os honorários faturados durante o exercício pela sociedade de revisores oficiais de contas foram de 2.200,00€ para a Optimize Investimento SGPS SA e de 15.399.60 € a Optimize Investment Partners SGFIM SA, dos quais 5.559.60€ correspondem à auditoria dos fundos da gama Optimize Seleção em referência ao ano de 2015, e que foram exceccionalmente suportados pela Sociedade Gestora.

NOTA 20 - VALORES EXTRAPATRIMONIAIS

	2016	2015
Valores extra-patrimoniais	207,808,781.20	182,389,609.27
Compromissos perante terceiros	111,619.95	107,374.76
Sistema de Indemnização aos Investidores	111,619.95	107,374.76
Valores administrados pela instituição	207,697,161.25	182,282,234.51
Gestão de Carteiras	111,814,365.20	107,374,760.86
Fundos de Investimento geridos	95,882,796.05	74,907,473.65

Salienta-se que o valor dos ativos administrados pela participada Optimize Investment Partners em Gestão de Carteiras inclui os valores detidos em unidades de participação de fundos geridos pela Sociedade através de uma conta de gestão por conta de outrem.

Nos reportes da Instituição relativos aos ativos sob gestão, apresentados nomeadamente no Relatório de Gestão do presente documento, esses valores são ignorados, porque neutros em termos de ativos realmente geridos.

VOLUME DE EMPREGO

O número médio de pessoas ao serviço desta empresa neste exercício foi de 13.

PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL

Empresas do Grupo	Capital Social	Valor de Aquisição	Fracção %	Resultado em 2016	Cap. Próprios em 31.12.2016
OPTIMIZE – Mediação de Seguros					
Av. F. Pereira de Melo, nº21 4º,	10,000.00 €	10,000.00 €	100%	9,803.03 €	33,559.56 €
Optimize Investment Partners					
Av. F. Pereira de Melo, nº21 4º,	450,771.71 €	1,000,000.00 €	100%	279,237.70 €	886,310.90 €

FORMA COMO SE REALIZOU O CAPITAL SOCIAL

O capital social de 898.760 Euros foi integralmente realizado em dinheiro.

NÚMERO DE AÇÕES DE CADA CATEGORIA EM QUE SE DIVIDE O CAPITAL DA EMPRESA E O SEU VALOR NOMINAL

O capital social da empresa no valor de 898.760 Euros está representado por 89.876 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 10 Euros cada.

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO DE CADA UMA DAS PESSOAS COLETIVAS QUE NELE DETENHAM PELO MENOS 20%

A sociedade JCD Invest, SGPS, Lda, contribuinte 508 002 052, com sede em Lisboa, na Avenida Fontes Pereira de Melo, 21, 4º, detém 64.955 ações do capital da Optimize Investimento SGPS, SA a que corresponde uma participação de 72,3%.

RISCOS DA SOCIEDADE

Dado a Optimize Investimento SGPS SA não ter atividade operacional própria, o principal risco considerado como material reside no risco de desvalorização das participações financeiras da sociedade em outras empresas, e nos riscos inerentes às atividades dessas mesmas participações, em particular na Optimize Investment Partners SGFIM SA.

	2016	2015
Risco de crédito	1,284,166.68	955,391.92
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1,062,664.24	737,357.98
Estado e outras entidades públicas	8,130.27	9,407.36
Fundos de investimento	101,281.85	94,549.93
Clientes	58,280.70	71,714.58
Outros devedores	53,809.62	42,362.07
	2016	2015
Risco de taxa de juro	155,308.25	167,002.10
OT PGB 5 06/15/12 – PTOTEKOE0003		
OT PGB 4.45% 15/06/18	31,943.25	33,114.60
OT PGB 5.65% 15/02/24	28,675.00	31,007.50
OT PGB 2.875% 10/15/2025	94,690.00	102,880.00

Não existe risco cambial para a sociedade em 31.12.2016, dado a sociedade não ter saldos em divisas. Os ganhos e perdas cambiais do exercício são apenas inerentes às diferenças de câmbios no pagamento de faturas em divisas (Bloomberg, USD).

Não é considerada a existência de um risco de liquidez e de um risco operacional para a sociedade em 31.12.2016.

Após o termo do exercício, e até à presente data, não ocorreu nenhum facto relevante que altere a situação patrimonial da Sociedade.

SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE ENTIDADES DO GRUPO

Entidade Relacionada	Optimize Mediação de Seguros	Optimize Investment Partners
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2013	0.00	0.00
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2014	0.00	0.00
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2015	0.00	0.00
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2016	0.00	0.00

NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR EM EXERCÍCIOS COM INÍCIO EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2016

Melhoramentos anuais: ciclo de 2010-2012 (Regulamento n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014)

Os melhoramentos incluem emendas a oito normas internacionais de contabilidade, como segue:

- **IFRS 2 Pagamento com Base em Ações – Definições de condições de aquisição** - As emendas enaltecem a definição atual de condições de aquisição (“vesting conditions”) por meio da adição de definições separadas para condições de desempenho e para condições de aquisição. As emendas também vêm clarificar as definições dos dois tipos de condições de aquisição (vesting) e de não aquisição (non-vesting).
- **IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais – Contabilização da retribuição contingente** - As emendas pretendem clarificar que: (i) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser mensurada pelo justo valor à data do reconhecimento inicial; (ii) o parágrafo 40 da IFRS 3 requer que a retribuição contingente que seja um instrumento financeiro deverá ser apresentada como capital próprio ou como passivo em conformidade com a IAS 32; e (iii) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser subsequentemente mensurada ao justo valor através dos lucros ou prejuízos. Decorrentes das emendas à IFRS 3 são também emendadas a IAS 37, IAS 39 e IFRS 9.
- **IFRS 8 Segmentos Operacionais** - As emendas vêm clarificar os requisitos de: (i) divulgação de juízos de valor dos órgãos de gestão na aplicação dos critérios de agregação de segmentos operacionais; e (ii) apresentação de reconciliação do total dos ativos dos segmentos relatáveis com os ativos da entidade.
- **IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis – Modelo de revalorização** - As emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos tangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.
- **IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas – Serviços de pessoal-chave da gerência** - As emendas alargam o conceito de entidade que é relacionada com uma entidade relatora a: entidades, ou qualquer membro de um grupo em que se inserem, que fornecem serviços de pessoal-chave da gerência à entidade relatora ou à sua empresa-mãe e adicionam requisitos de divulgação relacionados com prestação de serviços de pessoal-chave da gerência prestados por uma entidade de gestão
- **IAS 38 Ativos Intangíveis – Modelo de valorização** - As emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos intangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.

IAS 19 Benefícios dos Empregados (Regulamento n.º 29/2015, de 17 de dezembro de 2014)

As emendas clarificam a orientação para as entidades na atribuição de contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço e requerem que as entidades atribuam as contribuições associadas aos serviços de acordo com o parágrafo 70, ou seja, utilizando a fórmula de contribuição do plano ou um método linear. Adicionalmente, as emendas acrescentam em apêndice um guia de aplicação para as contribuições dos empregados ou de partes terceiras. Estas emendas visam a redução de complexidade por via da introdução de um expediente prático que permite a uma entidade reconhecer as contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço que são independentes do número de anos de serviço, como uma redução do custo do serviço, no período em que o serviço associado é prestado.

Agricultura – Plantas destinadas à produção: Emendas à IAS 16 e à IAS 41 (Regulamento n.º 2015/2113, de 23 de novembro de 2015)

As emendas à IAS 16 e à IAS 41 vêm determinar que as plantas exclusivamente utilizadas para o cultivo de produtos ao longo de vários períodos, designadas de plantas destinadas à produção, passam a ser contabilizadas da mesma forma que os ativos fixos tangíveis de acordo com a IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis, uma vez que a sua exploração é semelhante à das atividades industriais.

Emendas à IFRS 11 Acordos Conjuntos (Regulamento n.º 2015/2173, de 24 de novembro de 2015)

As emendas fornecem novas orientações sobre o tratamento contabilístico das aquisições de interesses em operações conjuntas cujas atividades constituem atividades empresariais, nomeadamente referindo que quando uma entidade adquire um interesse numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial, na aceção da IFRS 3, deve aplicar de forma proporcional à sua parte, todos os princípios de contabilização das concentrações de atividades empresariais definidos na IFRS 3 e noutras IFRS, que não entrem em conflito com a IFRS 11, e deve apresentar as informações nelas exigidas em relação às concentrações de atividades empresariais. Tal aplica-se à aquisição tanto do interesse inicial como de interesses adicionais numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial.

Clarificação dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização: Emendas à IAS 16 e à IAS 38 (Regulamento n.º 2015/2231, de 2 de dezembro de 2015)

A emenda à IAS 16 vem clarificar que não é adequada a utilização de um método de depreciação de um ativo fixo tangível baseado nos proveitos gerados por uma atividade. Por outro lado, a emenda à IAS 38 vem clarificar que só em circunstâncias muito limitadas é que é possível ultrapassar a presunção de que um método de amortização de um ativo intangível baseado nos proveitos gerados pela atividade é inadequado.

Melhoramentos anuais: ciclo 2012-2014 (Regulamento n.º 2015/2343, de 15 de dezembro de 2015)

Os melhoramentos incluem emendas a cinco normas internacionais de contabilidade, como segue:

- **IFRS 5 Ativos não correntes detidos para venda e unidade operacionais descontinuadas** – As emendas vêm clarificar que se uma entidade reclassificar um ativo ou grupo para alienação diretamente de detido para venda para detido para distribuição aos proprietários, ou diretamente de detido para distribuição aos proprietários para detido para venda, a alteração na classificação passa a ser considerada uma continuação do plano inicial de alienação.
- **IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações** – Vem clarificar que as emendas introduzidas através do documento *Divulgações – Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros* (Emendas à IFRS 7), devem ser aplicadas aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013. As entidades devem apresentar as divulgações exigidas por essas emendas retroativamente. Vem ainda clarificar que quando uma entidade transfere um ativo financeiro, pode reter o direito ao serviço (de dívida) ao ativo financeiro em troca de comissões incluídas, por exemplo, num contrato por serviço. A entidade avalia o contrato por serviço para decidir se a entidade mantém um envolvimento continuado em resultado desse contrato para efeito dos requisitos de divulgação.
- **IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro** - As emendas a esta Norma estão diretamente relacionadas com as emendas efetuadas à IFRS 7 anteriormente referidas.
- **IAS 19 Benefícios dos Empregados** – As emendas vêm clarificar que para as moedas (passa a ser independente do país) para as quais não haja um mercado ativo em obrigações de alta qualidade de empresas, devem ser usados os rendimentos de mercado (no fim do período de relato) em obrigações governamentais expressas nessa moeda.
- **IAS 34 Relato Financeiro Intercalar** – As emendas vêm clarificar que as divulgações evidenciadas no parágrafo 16-A da IAS 34 devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras intercalares ou por referência cruzada às demonstrações financeiras intercalares, em outras demonstrações que estejam disponíveis aos utentes das demonstrações financeiras nas mesmas condições e na mesma altura que as demonstrações financeiras intercalares. Se os utentes das demonstrações financeiras intercalares não têm acesso à informação incluída por referência cruzada nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar está incompleto.

Iniciativa de divulgação: Emendas à IAS 1 (Regulamento n.º 2015/2406, de 18 de dezembro de 2015)

As alterações à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras visam melhorar a eficácia da divulgação e incentivar as empresas a aplicarem o seu julgamento profissional na determinação das informações a divulgar nas suas demonstrações financeiras aquando da aplicação da IAS 1.

Método da Equivalência Patrimonial no âmbito das Demonstrações Financeiras Separadas: Emendas à IAS 27 (Regulamento n.º 2015/2441, de 19 de dezembro de 2015)

As alterações à IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas consistem em permitir que as entidades possam utilizar o método da equivalência patrimonial, tal como descrito na IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, para contabilizar os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas suas demonstrações financeiras separadas.

NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR EM EXERCÍCIOS COM INÍCIO EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2017

IFRS 15: Rédito de Contratos com Clientes (Regulamento n.º 2016/1905, de 22 de setembro de 2016)

Esta nova norma aplica-se a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia dos 5 passos”. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

IFRS 9: Instrumentos Financeiros (Regulamento n.º 2016/2067, de 22 de novembro de 2016)

A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A adoção desta norma acarreta, igualmente e em conformidade: (i) alterações das normas (IAS/IFRS) e interpretações (IFRIC/SIC): IAS 1, IAS 2, IAS 8, IAS 10, IAS 12, IAS 20, IAS 21, IAS 23, IAS 28, IAS 32, IAS 33, IAS 36, IAS 37, IAS 39, IFRS 1, IFRS 2, IFRS 3, IFRS 4 Contratos de Seguro, IFRS 5, IFRS 7, IFRS 13, IFRIC 2, IFRIC 5, IFRIC 10, IFRIC 12, IFRIC 16, IFRIC 19, SIC 27; e (ii) revogação da IFRIC 9 Reavaliação de Derivados Embutidos. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

NORMAS (NOVAS OU REVISTAS) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD” (IASB) E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING INTERPRETATION COMMITTEE” (IFRIC) E AINDA NÃO ENDOSSADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto - Alterações à IFRS 10 e à IAS 28

Esta alteração vem clarificar o tratamento contabilístico para transações quando uma empresa-mãe perde o controlo numa subsidiária ao vender toda ou parte do seu interesse nessa subsidiária a uma associada ou empreendimento conjunto contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Ainda não foi definida a data de aplicação destas alterações e o processo de endosso pela União Europeia apenas será iniciado após confirmação da data de aplicação das alterações pelo IASB.

Reconhecimento de Ativos por Impostos Diferidos para Perdas não Realizadas – Alterações à IAS 12

Esta alteração vem clarificar como contabilizar ativos por impostos diferidos relacionados com instrumentos de dívida mensurados ao justo valor. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Iniciativa de Divulgação – Alterações à IAS 7

Esta alteração exige que as entidades divulguem informação acerca das alterações nos seus passivos de financiamento de forma a que os investidores possam compreender melhor as alterações ocorridas na dívida da entidade. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Rédito de Contratos com clientes – Clarificações à IFRS 15

Estas alterações à IFRS 15 vieram clarificar alguns requisitos e proporcionar uma maior facilidade na transição para as Entidades que estão a implementar esta Norma. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Clarificações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de transações de pagamentos com base em ações

Estas alterações à IFRS 2 estão relacionadas com aspetos de classificação e de mensuração para um conjunto de aspetos em que as orientações existentes na Norma não eram muito claras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Clarificações à IFRS 4- Aplicar a IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 Contratos de Seguros

Estas alterações à IFRS 4 dão resposta às preocupações sobre a implementação da nova norma sobre instrumentos financeiros (IFRS 9) antes da implementação da norma sobre contratos de seguros que substituirá a IFRS 4 e que ainda está em desenvolvimento. Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

Melhoramentos anuais: ciclo 2014-2016

Os melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:

- IFRS 12 Divulgações de Interesses noutras entidades
- IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das IFRS
- IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

Adoção da IFRIC 22 Foreign Currency Transactions and Advance Considerations

A IFRIC 22 estabelece a taxa de câmbio a ser usada em transações que envolvem uma consideração paga ou recebida em adiantado em moeda estrangeira. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta nova interpretação ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Clarificações à IAS 40 - Transferências de Propriedades de Investimento

As alterações à IAS 40 Propriedades de Investimento vêm clarificar os requisitos relacionados com as transferências, de e para, Propriedades de Investimento. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta nova interpretação ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

IFRS 14: Contabilização de Diferimentos Regulatórios

Esta norma permite aos adotantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adotam as IFRS e não reconhecem ativos / passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, tendo a Comissão Europeia decidido não iniciar o processo de endosso desta norma transitória e aguardar pela norma definitiva a emitir pelo IASB.

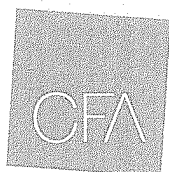
IFRS 16: Locações

Esta nova norma estabelece um modelo único de contabilização das locações pelos locatários, eliminando a distinção entre locações operacionais e locações financeiras na perspetiva do locatário. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

O Contabilista Certificado

A Administração

4 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **OPTIMIZE INVESTIMENTO – SGPS, S.A.**, (adiante designada por Grupo) que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.923.945,17 euros e um total de capital próprio de 1.462.586,98 euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 282.441,89 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas.

Bases para a opinião

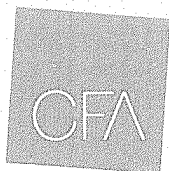
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

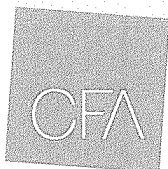


Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



Cravo Fortes Antão
& Associados, SROC, Lda

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

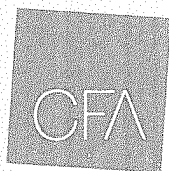
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Aveiro, 31 de março de 2017

CFA - Cravo, Fortes, Antão & Associados, SROC, Lda. (n.º 87)
Representada por Avelino Azevedo Antão (ROC n.º 589)



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO (contas consolidadas)

Aos

Exmos. Senhores Acionistas e

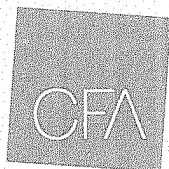
Exmo. Conselho de Administração da

OPTIMIZE INVESTIMENTO – SGPS, S.A.

Nos termos da Lei e do mandato que V. Exas. nos conferiram, cumpre-nos apresentar à vossa apreciação o relatório da nossa ação fiscalizadora exercida durante o exercício de dois mil e dezasseis e o parecer sobre o Relatório consolidado de Gestão, o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração de rendimento integral consolidado, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o Anexo consolidado, relativos àquele exercício, que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração da Empresa.

No âmbito das nossas funções:

- a) Acompanhámos o desenvolvimento da atividade social da Empresa, bem como das empresas englobadas na consolidação, através, nomeadamente, de contactos regulares com membros do Conselho de Administração, bem como mediante sessões de trabalho com os responsáveis das principais áreas funcionais;
- b) Analisámos também a informação documental, contabilística e de gestão, disponibilizada pelos serviços e verificámos a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- c) Verificámos a existência e relevação contabilística dos ativos e passivos pertencentes ou assumidos pela Empresa e as suas Participadas, em particular quanto à adequação das políticas contabilísticas e bases de mensuração adotados, que se encontram suficientemente expressos no Anexo às contas;
- d) Desenvolvemos os procedimentos de revisão de contas que considerámos adequados nas circunstâncias e, em consequência,



- e) Elaborámos, na qualidade de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a Certificação Legal das Contas Consolidadas, e que para todos os efeitos faz parte integrante deste mesmo Relatório.

Como corolário da atividade que desenvolvemos e, em especial, da apreciação dos documentos de prestação de contas consolidados, constatámos que:

- a) O Relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos exigidos pela Lei;
- b) Não tomámos conhecimento de quaisquer violações da Lei ou do contrato de sociedade.

Ponderado tudo o que antecede e a observância legal e estatutária somos de

PARECER

Que a Assembleia Geral:

- a) Aprove o Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas do exercício de dois mil e dezasseis apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade.

Finalmente, o Fiscal Único não quer deixar de assinalar que no exercício das suas funções contou com a melhor colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços da Empresa e das suas Participadas, que sempre lhe deram o apoio conveniente ao exercício das suas funções.

Aveiro, 31 de março de 2017

O Fiscal Único



CFA - Cravo, Fortes, Antão & Associados, SROC., Lda (n.º 87)
Representada por Avelino Azevedo Antão (ROC n.º 589)